



Pré-candidatura coletiva do PSOL à Prefeitura de Natal.
Nevinha Valentim | Dannel Moraes | Liliana Lincka | Sol Victor
Por uma Natal do bem-viver e construída por e para as pessoas



PLANO DE GOVERNO PARA NATAL 2020 - PSOL

Agraciada com belas praias, dunas, matas e um pôr-do-sol deslumbrante, Natal é uma cidade rica em belezas naturais em contraste com desigualdades sociais gigantescas, um reflexo do abandono e do desprezo político implantado há décadas. Um levantamento feito pelo IBGE em 2017 apontou que 78 mil pessoas viviam abaixo da linha de pobreza extrema em nossa cidade. Ou seja, são quase 80 mil pessoas com menos de R\$ 145 por mês para sobreviver. Não é à toa que, segundo dados oficiais, Natal fica em sexto lugar, entre as nove capitais nordestinas, nos indicadores de desenvolvimento sustentável. Quando se verifica o ranking das regiões metropolitanas em nível de qualidade de vida, ficamos longe de aparecer em situação de destaque.

Nossa cidade, em 1993, recebeu o título de ar mais puro das Américas, mas, de lá pra cá, sucessivas gestões municipais têm tratado de abandoná-la, fortalecendo a cada dia a política de desmonte das nossas belezas naturais, com a degradação dos nossos manguezais, o avanço de moradias em áreas de preservação, além de esgotos a céu aberto que despejam dejetos in natura em nossas praias, que se tornaram impróprias para banho durante boa parte do ano.

Natal amarga um déficit habitacional de 60 mil habitações, segundo estimativas da Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (Seharpe). Nossa capital tem 13% de seus domicílios dentro de favelas. São 33.372 casas em aglomerados subnormais, de um total de 256.794 domicílios natalenses, uma dura realidade que cresce a cada ano. As gestões não foram capazes de produzir sequer um Plano Local de Habitação de Interesse Social que, conforme a Lei 082/2007, já deveria estar pronto desde 2009.

Além das duras condições de moradia, estas famílias convivem diariamente com o medo e a insegurança, uma realidade presente especialmente nas periferias e nas cerca de 70 favelas de Natal. Muitos bairros sofrem ainda com a falta de estrutura. Nas Zonas Norte e Oeste da cidade, várias ruas são intrafegáveis, por falta de uma simples drenagem e calçamento.

A chegada da pandemia de COVID-19 expôs ainda mais a fragilidade de nossa saúde pública. Para piorar, enfrentamos esse desafio com um prefeito, médico por formação, que preferiu distribuir kits de medicamentos sem nenhuma comprovação científica, alardeando uma falsa cura e prevenção, enquanto quase mil famílias perderam parentes para a doença, sendo Igapó, na Zona Norte, o bairro mais afetado em percentual de óbitos, com 9,59%.

Por fim, Natal que tem um prefeito estranho à cidade, aliado de primeira hora ao bolsonarismo e à extrema-direita. Abandonada pela prefeitura, a população merece um governo firme, que busque liderar um movimento de cidades contra a crise, em defesa da saúde única (SUS), do salário e do emprego do nosso povo. Natal precisa de uma gestão que tenha a coragem de combater o alargamento das terceirizações viciadas e duvidosas, exercitar uma democracia real, além de revogar projetos danosos ao povo, aprovados pela dupla Carlos Eduardo Alves e Álvaro Dias e valorizar nossos bravos servidores, essenciais para o desenvolvimento dos serviços públicos.

Nas eleições deste ano, de forma inédita no Brasil, o PSOL está oferecendo aos natalenses o que há de melhor para a disputa eleitoral. Não apenas uma candidatura a prefeita e vice, seguindo o modelo tradicional, mas muito além disso, estamos dispostos a romper paradigmas, ao propormos a COLETIVA DO SOL, composta por três mulheres e um homem imbuídos do mesmo propósito: o da mudança com qualidade a partir de uma gestão literalmente coletiva, participativa e compartilhada a oito mãos, pois como disse Paulo Freire: “Mudar é difícil, mas é possível”.

A COLETIVA DO SOL é formada por **Nevinha Valentim**, 61 anos, casada, aposentada, moradora de Ponta Negra, formada em História pela UFRN, adepta e praticante da cidadania ativa como forma de estar no mundo. Sempre presente nos movimentos e nas lutas por direitos e políticas públicas, Nevinha representa, no Conselho da Cidade, os bairros de Ponta Negra, Capim Macio, Pitimbu e Neópolis. Participa também do Conselho Municipal de Saneamento Básico representando a Assussa - Associação dos Usuários dos Serviços de Saneamento Ambiental; e, em nome da ONG Mutirão, participa do Conselho Estadual de Direitos Humanos e

Cidadania. Todas essas funções são ocupadas de forma voluntária e não remuneradas, das quais se afastou por conta da campanha. No bairro de Ponta Negra, onde mora, Nevinha faz parte do Coletivo Dez Mulheres e do Fórum Vila em Movimento.

Liliana Lincka é formada em Filosofia e em Letras pela UFRN, com especialização em Educação Ambiental e mestrado em Filosofia pela UFPB. Atuou por mais de 20 anos como educadora ambiental junto às populações tradicionais como pescadores, marisqueiras e atingidas pelos empreendimentos eólicos, além de ser fundadora do PSOL e ex-candidata a deputada federal.

Sol Victor é formada em Ciências Sociais e mestranda em Ciências Políticas pela UFRN. Uma mulher jovem, com experiência nos movimentos sociais, já foi candidata proporcional pelo PSOL, morou por muitos anos na Zona Norte de Natal e conhece muito bem os problemas da nossa cidade.

Já **Daniel Morais** é graduado em Administração e atualmente cursa Direito na UERN. Foi presidente do PSOL/Natal e atualmente preside o PSOL/RN. Além de ter longa militância social junto ao esporte de base, com trabalho reconhecido em nível estadual. Daniel traz experiência prática e conhecimento amplo sobre Natal, pois foi assessor de Sandro Pimentel na Câmara Municipal, tendo contribuído na elaboração de diversos projetos de leis, como também assessorou o mandato de deputado estadual do PSOL/RN.

Tendo em vista os desafios urgentes colocados pela pandemia e pela revisão criminosa do Plano Diretor, mas também considerando as dívidas históricas do poder público municipal com nossa população mais carente, elaboramos nosso plano de governo tendo como tema central a noção do **bem-viver**, uma visão de mundo que coloca a qualidade de vida das pessoas como princípio fundamental norteador das políticas públicas. Natal precisa ser hospitaleira e acolhedora não apenas com seus visitantes, mas com cada uma e cada um que aqui vivem. É possível vivermos numa cidade em que todos e todas tenham voz e vez, em que cada ser vivo seja respeitado em seus direitos fundamentais, em que a conservação da natureza seja vista como fator fundamental do desenvolvimento e não o contrário, como a lógica cruel do capital defende no Brasil de hoje.

Por isso, apresentamos a seguir nossas propostas de governo articuladas a partir de cinco eixos. O primeiro deles é o **direito à cidade**, que engloba as questões referentes aos serviços básicos, aos direitos fundamentais das moradoras e moradores de Natal e à conservação ambiental. O segundo eixo trata da **gestão compartilhada**, uma nova forma de pensar não apenas a prática política, mas

também como a Prefeitura deve se colocar em diálogo permanente com a população natalense. As **mulheres** representam uma maioria da população natalense que historicamente vêm sendo relegada ao segundo plano na elaboração de políticas públicas, apesar de serem elas que estão efetivamente à frente da vida familiar nas periferias. A COLETIVA DO SOL, que conta com três mulheres, entende que melhorar a vida das mulheres é fundamental na caminhada para uma cidade mais humana. Em seguida, falaremos sobre **trabalho, emprego e renda**, um desafio nacional frente ao cenário de crise econômica enfrentada nos últimos anos e que deve se agravar ainda mais devido à pandemia. Os **direitos humanos** surgem como uma bandeira histórica levantada pelo PSOL desde sua criação, além de incontornáveis numa discussão sobre uma cidade voltada para o bem viver.

Falta a Natal uma gestão que se preocupe, de fato, com as pessoas que moram aqui. Com o olhar voltado para toda a nossa gente, e não apenas para uma elite gananciosa, queremos debater o futuro da nossa querida Natal e apresentar a nossa proposta para governar a cidade, a partir de discussões múltiplas e plurais, agregando diversos setores, impulsionados por uma chapa majoritária coletiva e com o olhar prioritariamente feminino. Apresentamos um programa transversal, em que os diferentes eixos dialogam entre si, que busca responder às principais demandas enfrentadas pela população e que coloca a proteção ao meio ambiente como uma preocupação que dialoga com todos os outros setores da administração e das políticas públicas.

1- Direito à cidade

O compromisso com o Direito à Cidade surge na perspectiva de enfrentamento das desigualdades graves que caracterizam o processo de urbanização brasileiro, particularmente em Natal. No momento em que o país vive o desmonte das políticas sociais, inclusive da política urbana e ambiental, e que os “despejos” de moradores dos seus territórios se destacam nas lutas dos movimentos sociais, consideramos como pauta prioritária:

(i) O compromisso com a efetivação dos direitos urbanos e ambientais, considerando as agendas internacionais (a exemplo da Nova Agenda Urbana - NAU/2016 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), o marco legal da política urbana nos níveis nacional e local, com destaque para a função social da

propriedade e a gestão democrática, ambos instituídos nas Constituições Federal e Estadual (RN) e na Lei Orgânica do Município de Natal.

Nesse contexto, assumimos o compromisso com a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da moradia digna, da mobilidade urbana adequada e do acesso ao saneamento básico e dos equipamentos urbanos. Para tanto, vamos trabalhar pela democratização do orçamento público e pela alocação de investimentos prioritários nas áreas e regiões da cidade historicamente excluídas dos direitos urbanos e ambientais.

Queremos uma cidade inclusiva, ética, solidária, justa, democrática e sustentável.

Os moradores e as moradores têm direito à moradia digna, à saúde, à educação, à alimentação, ao saneamento ambiental, ao transporte público, ao trabalho, ao lazer e à informação enfrentando as dimensões de gênero, raça e classe que estruturam as desigualdades.

1.1-Plano diretor

Uma questão a ser considerada quando se pensa a cidade, é a aplicação dos instrumentos de gestão da cidade, como o Plano Diretor, fundamental na garantia das conquistas dos movimentos sociais em relação à função social da cidade e da propriedade, e da gestão democrática com participação popular.

A cidade é hoje um espaço em disputa política, orientada pelos grupos de empresários da construção civil com a “autorização” da gestão.

O planejamento e elaboração das políticas urbanas e a aplicação desses instrumentos são fundamentais na ordenação/ produção do espaço/lugar como produto social resultado da dinâmica da vida das pessoas.

Mas não é o que se tem constatado nestes processos que, ao contrário, têm aprofundado a mercantilização das cidades com “autorização” da gestão pública, em que os interesses de grupos privados passam a ser os ordenadores e definidores do espaço público em detrimento dos interesses coletivos dentro da diversidade da cidade.

Esses interesses definem um modelo de crescimento que privilegia a privatização dos espaços públicos, reforça a lógica da cidade que cresce para os carros, e aprofunda a segregação socioespacial e a degradação ao ambiente.

É preciso pensar a cidade na perspectiva da inclusão, com a participação das mulheres, jovens, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ nos espaços de gestão e de decisão, exigindo investimento em ações afirmativas, a inclusão da perspectiva de gênero e raça no enfrentamento ao racismo na elaboração da política pública urbana.

Queremos a produção da cidade como espaço de vivência e seguro pra todas as pessoas e não como objeto de consumo.

- Garantir ampla participação da sociedade na discussão sobre a revisão do Plano Diretor de Natal
- Criar grupo de trabalho com objetivo de discutir o direito das mulheres à cidade durante a revisão do plano diretor.
- Regulamentar a Área Especial de Interesse Social - AEIS da Vila de Ponta Negra e criar novas áreas em regiões estratégicas.

1.2- Transporte público

- Criação de Fundo Municipal destinado a investimentos na melhoria do sistema de transporte, redução de tarifas e cobertura de gratuidades; uma política que incentive a diversificação de meios de transporte, valorizando aqueles ecologicamente viáveis.
- Efetivar a licitação do transporte público
- Planejamento e projeto que viabilizem o uso da bicicleta, conectado a outros modais, de forma a garantir a mobilidade plena
- Ampliar a oferta de ciclovia em 50 km nos dois primeiros anos
- Reduzir a circulação de automóvel em áreas especiais da cidade (praias, centro histórico, parque das dunas) oferecendo alternativas de mobilidade nessas áreas,
- Políticas públicas destinadas a melhoria do transporte coletivo, com capacitação dos profissionais para melhor atender a população e adaptação para atender pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Garantia de funcionamento de transporte público 24h em todas as zonas da cidade.
- Implementação gradual do passe livre
- Implantar a bilhetagem eletrônica em 100% dos transportes (hoje ainda existem alternativos sem bilhetagem, o que prejudica os trabalhadores e trabalhadoras)
- Criação de comitês populares de gestão do transporte público.
- Elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, sem o qual a cidade fica impedida de receber recursos públicos federais.

1.3- Esporte e lazer

- Revitalizar, de imediato, 50 praças visando a promoção de espaços de convivência com equipamentos para crianças e prática de atividades físicas
- Criação de editais públicos para eventos esportivos e culturais voltados para a juventude
- Revitalizar e área de Lazer da Zona Norte com equipamentos esportivos e cultura
- construção de pistas de patins, skate e bike em todas as zonas da cidade.

- Apoiar a reestruturação dos Centros Desportivos de Natal
- criar pelo menos um espaço de esporte, lazer e cultura à exemplo do Arena do Morro em cada zona da cidade
- Desenvolver projeto de promoção à saúde e qualidade de vida tendo as ATIs (academias da Terceira idade) com suporte profissional interdisciplinar.
- Criar novas áreas (alamedas) em todas as zonas da cidade

1.4- Meio Ambiente

- Regulamentar as cinco ZPAs – Zonas de Proteção Ambientais previstas no Plano Diretor
- Promover campanha permanente de conscientização ambiental, com perspectiva de gênero, através da televisão, rádio, cartilhas em escolas e todos os âmbitos da sociedade.
- Criar programas de capacitação de monitores ambientais
- Transformar espaços públicos destinados a praças em pomares, com o plantio de frutíferas
- Incentivar a criação de hortas comunitárias com plantas alimentícias e medicinais em espaços públicos;
- Proteção do território da pesca artesanal em Natal, praticada numa área espacial que compreende 17 quilômetros de litoral, medidos da praia de Ponta Negra até a praia da Redinha, e 4,1 quilômetros da área estuarina do rio Potengi, a partir do Forte dos Reis Magos até a comunidade do Passo da Pátria, no bairro do Alecrim.
- Incentivo à aplicação de tetos verdes em edifícios públicos e privados.
- Projeto de arborização para as quatro regiões administrativas da cidade priorizando o plantio da flora nativa
- Elevar para até 50% a coleta seletiva de lixo em Natal, que hoje não chega a 5%.
- Apoiar a criação ou ampliação de cooperativas de catadores e com maior participação da gestão pública nessa coleta.
- Instalação de ampla rede de ecopontos para apoiar os trabalhadores em reciclagem
- Adotar uma política inovadora de gestão de resíduos fundamentada na educação pelo consumo consciente que integre a proteção da saúde individual e pública e a

qualidade ambiental, com critérios de não geração, redução, reutilização e reciclagem.

- Criação de coleta pública em três etapas (lixo reciclável, destinado às cooperativas de reciclagem; material passível de compostagem, destinado a composteiras públicas, material orgânico não passível de compostagem).

- Ampliar os pontos de coleta de lixo eletrônico nas quatro regiões administrativas

- Conservação e recuperação do potencial hídrico do município, por meio da proteção de nascentes, promovendo a defesa da vegetação nativa.

- Identificação da flora e fauna local nativa, como meio de criar um vínculo entre a comunidade e a diversidade ambiental do município, especialmente em parques, praças e jardins.

- Estabelecer programas de arborização que respeitem o mínimo sugerido pela OMS de uma árvore por habitante.

- Estimular a utilização de energias renováveis, como placas solares em uma parte dos órgãos e escolas públicas.

- Fiscalizar o uso de agrotóxicos nos alimentos vendidos em Natal, como questão de saúde pública, bem como da água mineral.

Criação de Coordenadoria de Proteção e Bem Estar Animal na estrutura organizacional da SEMURB, que terá a finalidade de planejar, coordenar, desenvolver, articular, implementar, gerenciar, controlar e executar as ações voltadas à efetivação das políticas municipais de proteção e bem estar dos animais, mediante interlocução e parcerias com outros órgãos e secretarias do Poder Executivo Municipal com outros órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- Instalação imediata do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, conforme a Lei nº 6803 de 24 de abril de 2018.

- Criação do Fundo Municipal de Bem Estar Animal

- Implantação do Centro de Atendimento Veterinário para animais domésticos junto ao Centro de Controle de Zoonoses.

- Construção do Hospital Municipal Veterinário e efetivação imediata dos castramáveis, estabelecendo metas anuais para serem cumpridas no serviço de castração.

- Instalação do Serviço de Atendimento Veterinário Móvel para Urgência e Emergência para cães e gatos de rua em situação de alto risco, em consonância com a Lei Promulgada Nº 441/2016.
- Oferecer apoio organizativo às associações de defesa e proteção dos direitos animais.
- Oferecer suporte para a adoção de animais abandonados e coibir quaisquer maus-tratos.
- Atualizar cadastro de carroceiros para implementar a Lei 6.677 para substituição as carroças por bicicletas.

1.5- Cultura

- Realizar campanha de incentivo para adesão do empresariado à Lei Djalma Maranhão para estimular a regularização das empresas junto a prefeitura e melhorar a arrecadação de impostos.
- Criações de mecanismos de incentivo à ocupação cultural do bairro da Ribeira;
- Integrar as ações da Secretaria de cultura à Secretaria de Educação;
- Ampliar os recursos destinados ao Fundo de Incentivo à Cultura de Natal (FIC), garantindo o pagamento em dia de artistas, gestoras/es produtoras/es culturais e invertendo a lógica de que a cultura deve ser, prioritariamente, financiada por empresas, por meio de apoios, patrocínios e parcerias voluntárias ou da captação de recursos em leis de incentivo (Djalma Maranhão) que privilegiam a renúncia fiscal.
- Construir política de preservação de prédios históricos de Natal.
- Requalificar o Centro Histórico e outras áreas com projetos adequados que promovam a diversidade de usos, seja com moradia, equipamentos e projetos culturais, turismo e/ou eventos.
- Estabelecer o papel da Prefeitura como agente na promoção de ações relativas ao Patrimônio, utilizando os instrumentos urbanos que existem à sua disposição, como isenção de IPTU, transferência do direito de construir, IPTU progressivo, outorga onerosa, para que todas as áreas da cidade continuem a se desenvolver, respeitando e garantindo o direito à cidade, à memória e à cultura.

- Fomentar a Economia Criativa por meio capacitações, eventos, ações de orientação e formalização.
- Revitalizar praças, com a construção de palcos e/ou coretos para apresentações culturais, fomentando iniciativas que promovam a ocupação permanente desses espaços
- Reformar e modernizar as instalações da Funcarte, do Teatro Municipal Sandoval Wanderley e da Escola Municipal de Teatro – estes dois últimos a serem reabertos, dos Espaços Culturais Francisco das Chagas Bezerra de Araújo (Área de Lazer do Conjunto Panatis), Jesiel Figueiredo (Área de Lazer do Gramoré) e Ruy Pereira dos Santos, implementando uma agenda permanente nesses espaços.
- Implementar ações de mediação cultural no Memorial de Natal articulando com escolas públicas e privadas e agências de turismo.
- Melhoria da estrutura da unidade Centro Municipal de Artes Integradas (CMAI) e construção de, pelo menos, mais uma unidade em Natal, com ampliação do quadro de servidores.
- Realizar de estudo para implantação de centro cultural em Natal.
- Ampliar a equipe e a estrutura da Secretaria Municipal Cultura e órgãos vinculados por meio da realização de concursos públicos.

1.6- Educação

- Preparar adequadamente a rede de ensino com medidas de biossegurança para o retorno de aulas presenciais durante a pandemia de COVID-19;
- Zerar o índice de analfabetismo em Natal, em 4 anos, que, em Natal, ainda atinge um índice de quase 9%;
- Implantar a educação em tempo integral, com atividades promovidas por professores, e profissionais de esporte, lazer, cultura, C&T
- Melhorar a qualidade da merenda escolar, com ampliação de recursos e ampliação da compra direta da agricultura familiar.
- Criar um Centro Municipal de Inovação Digital e Tecnológica.
- Ampliar o número de creches públicas e dobrar o número de vagas.

- Valorizar as trabalhadoras e trabalhadores da educação, elevando seus salários, dialogando e implementando avanços em seus planos de carreira, sobretudo, melhorando os incentivos à capacitação e à qualificação.
- Viabilizar e acelerar os processos de licença/afastamento para esse fim e as respectivas concessões de progressões e incentivos quando da conclusão dos cursos motivadores.
- Ampliar as possibilidades de formação continuada das trabalhadoras e trabalhadores em educação, em serviço e fora do serviço, promovendo diagnósticos de demandas formativas junto à categoria.

1.7- Saúde

- Recuperar e ampliar toda rede básica de atenção à saúde, incluindo Estratégia Saúde da Família.
- Fortalecer o Programa de Agente Comunitário de Saúde
- Desenvolver uma campanha permanente de saúde preventiva de educação em saúde.
- Qualificar os servidores da saúde para atuação junto aos usuários de álcool e outras drogas, por meio da perspectiva de redução de danos.
- Valorizar os profissionais da saúde, garantindo condições dignas de trabalho, a contratação imediata de mais servidores por meio de concursos públicos, formação permanente em saúde, salários dignos, pagamento em dia, fim da terceirização para atividades fins e cumprimento gradativo dos planos de carreira demandados pelas categorias.
- Democratizar a gestão e realizar eleição direta para gestores e administradores nas unidades, com participação dos servidores e da comunidade, conforme regras a serem debatidas e construídas coletivamente.
- Ampliação do atendimento dos CAPS
- Aumentar a inserção de produtos orgânicos na merenda escolar

1.8- Segurança pública

Violência se combate com educação de qualidade social, empregos, esporte, cultura e lazer!

- Construir um novo modelo municipal de segurança pública com o foco na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades.
- Combater a violência, a médio prazo, por meio da geração de empregos, da educação e das atividades de esporte, lazer e cultura
- Recuperar e iluminar 50 praças, ruas e quadras dos bairros, construir pistas de skate e patins, colocando Bases da Guarda Municipal nas 50 praças inicialmente escolhidas.
- Valorizar os servidores da Guarda Municipal, dobrando seu efetivo por meio de concurso público e garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e formação continuada.
- Formação cidadã com perspectiva de gênero para servidoras e servidores da Guarda Municipal
- Aperfeiçoar a produção de dados sobre conflitos urbanos, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados da Prefeitura, em parceria com outras instituições.
- Garantir a implementação efetiva da Lei da Parada Segura, por meio da qual, após as 22 horas, os ônibus deverão parar em qualquer lugar, quando solicitado pelos passageiros.
- Fortalecimento da Patrulha Maria da Penha.

1.9- Habitação

Por uma política de habitação municipal que dialogue com os movimentos populares, quebrando a lógica da especulação imobiliária! Pelo direito à cidade! Não menos importante é evitar a construção de condomínios de luxo em unidades de conservação ambiental. Além disso, todos os anos nos deparamos com o mesmo problema em períodos chuvosos, como desmoronamentos e deslizamentos de terra nas encostas que resultam na morte de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A moradia é central no debate sobre mulher e cidade, uma vez que aglutina todas as outras dimensões que a vida na cidade solicita e deve oferecer: trabalho,

comércio, estudos, lazer, cultura, serviços públicos e infraestrutura. O déficit de quase 80% da população sem moradia que ganha menos de 3 salários e não tem acesso ao crédito habitacional estão a maioria mulheres e a população negra.

- Estabelecer uma política pública verdadeiramente voltada para a habitação popular, construída com os movimentos sociais por moradia, desvinculada da lógica da especulação imobiliária, que só favorece empresários da construção e proprietários de terrenos.

- Transformar imóveis vazios, abandonados e/ou subutilizados em moradia popular, utilizando os instrumentos legais existentes, como o plano diretor, e aplicando ferramentas como o IPTU progressivo.

- Elaborar e efetivar um programa de regularização fundiária, para legalizar habitações de interesse social em ocupações já consolidadas, legitimando seu direito à cidade.

- Incluir a temática de gênero, considerando as dimensões étnica, racial e geracional, nas ações de difusão do programa de habitação popular

- Promover um planejamento habitacional que não comprometa a preservação das áreas de mananciais e áreas verdes.

1.10- Juventude

A nossa preocupação enquanto gestão também se dará em relação às políticas destinadas à Juventude. Nossa atuação para essa parcela importante da população natalense será definida com a participação de quem realmente conhece as necessidades da juventude, ou seja, os jovens. Os elementos norteadores das nossas ações serão as diretrizes nacionais trazidas pelo Estatuto da Juventude e pela Política Nacional de Juventude, cujos elementos fundamentais para o êxito na atuação – e que nós adotaremos na nossa gestão – são, por exemplo, a intersetorialidade e a territorialização das políticas públicas.

Cuidar da juventude é cuidar do nosso futuro.

- Implementar um Plano Municipal de Juventude, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação.

- Priorizar a juventude no acesso às políticas de educação, esporte, lazer, cultura e iniciação ao trabalho.
- Instituir programas de bolsas para estudantes jovens em situação de vulnerabilidade social e eminente evasão escolar, buscando evitar que a juventude deixe a escola porque precisa trabalhar em empresas de período integral.
- Ampliar as vagas para estagiários e aprendizes em órgãos públicos municipais, observados os limites legais para contratação e combatendo qualquer tentativa de uso de estudantes como alternativa mais barata e precarizada de trabalho. Será fortalecida, por meio de capacitação com os servidores supervisores, a legitimidade do estágio e da aprendizagem enquanto atos educacionais, sendo imprescindível o processo efetivo de orientação e formação continuada dos jovens no mundo do trabalho, em parceria com instituições de ensino.
- Combater o extermínio da juventude, sobretudo da juventude negra.

2- Emprego, trabalho e renda

Natal é uma cidade que depende de recursos federais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mais de 60% de seu orçamento e não consegue produzir suas próprias políticas que atendam às demandas específicas da população, principalmente de mulheres, jovens das periferias.

Uma das evidências mais significativas das desigualdades entre homens e mulheres refere-se ao salário: o rendimento médio dos homens é de R\$785,82, enquanto o das mulheres fica em R\$546,96 (PNAD/IBGE 2003), ou seja, o rendimento das mulheres alcança apenas 70% do rendimento dos homens. Quase 25% dos domicílios existentes são chefiados por mulheres, mas nas regiões metropolitanas este índice é maior.

- Modernizar a cidade e resgatar uma imensa dívida social com a população o povo trabalhador e pobre, priorizando as políticas públicas que mais atendam à população da periferia da cidade, sem esquecer a classe média.
- Instituir o Centro da Trabalhadora e do Trabalhador (CTT) para operacionalizar as políticas federais de emprego, trabalho e renda, adotando como foco as demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores, em especial dos grupos que

historicamente tem apresentado maior dificuldade em se inserir em vagas de trabalho formalizadas (jovens, mulheres, pessoas com mais de 40 anos, pessoas com deficiências, negras/os, pessoas LGBT e pessoas em situação de rua). Para tanto, as ações e estrutura do atual Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda serão incorporadas e ampliadas, passando operar em unidades espalhadas pelas quatro zonas da Cidade. Serão realizadas ações de orientação a trabalhadoras e trabalhadores, microempresários que contraíram créditos e unidades da economia solidária, além de promover uma integração com as políticas de qualificação, assistência social e com as instituições de ensino. O quadro de servidores será ampliado, e o Município passará a dedicar maior orçamento ao equipamento.

- Criar um programa de isenção fiscal de impostos municipais para aquelas empresas que contratarem uma quantidade mínima de mulheres acima de 40 anos, negros e negras, pessoas com deficiência, jovens com até 20 anos de idade e pessoas LGBTQIA+.

- Implantar o Programa Prefeitura Solidária, com o intuito de incentivar o consumo de produtos advindos de unidades da economia solidária e de pequenos produtores. Como principal ação, o programa promoverá a isenção fiscal de impostos municipais (ISS e IPTU) para empresas que realizem, no mínimo, 40% de suas compras com cooperativas ou pequenos produtores cadastrados junto à Prefeitura de Natal.

- Conceder o Passe Livre para trabalhadoras e trabalhadores desempregados, afim de viabilizar sua participação em processos seletivos, garantindo-lhes o direito de ir e vir enquanto não houver a universalização da gratuidade. Será disponibilizado, no ato de cadastro no seguro desemprego, cartão de passagem com valores referente a vinte passagens durante o período que o trabalhador estiver segurado. A desabilitação do cartão de passagem ocorrerá no ato do cadastro do trabalhador no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

- Apoiar micro e pequenas empresas, fomentando a criação de incubadoras e cooperativas, demandando como contrapartida a geração de empregos e o fim da sonegação de impostos.

- Estimular o turismo, com foco em ações integradas de Turismo Cultural e de Economia Criativa, revitalizando, inclusive, o Centro Histórico de Natal (Cidade Alta, Ribeira e Rocas).

- Abrir novas frentes de atividades econômicas nas áreas de tecnologia, energia solar, eólica e irrigação.
- Formar cooperativas de mulheres para cuidar do material reciclável nos bairros.
- Programas de geração de renda para mulheres, como o de hortas comunitárias em áreas públicas.
- Incentivar a formação profissional para as mães que criam filhos sozinhas
- Criação de cooperativas de mulheres para confeccionar produtos ecologicamente viáveis.
- Criar centro de apoio a trabalhadores informais, para ajudá-los na compra e guarda de seus materiais e insumos.
- Ampliar oferta de formação profissional para mulheres e população LGBTQIA+ na Casa do Trabalhador e Trabalhadora; cada casa terá um terminal/ totem de consulta pública sobre demanda por vaga de trabalho, por idade e formação profissional
- Criação de um guia digital de pontos turísticos fora do circuito das praias

3- Mulheres

Quando falamos de mulher e cidade queremos chamar a atenção para o fato de as mulheres estarem, historicamente, fora do processo de produção e reprodução das cidades e também para a necessidade de ampliar a ideia de direitos das mulheres, numa perspectiva feminista, considerando as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

O processo de produção e reprodução da cidade as dimensões de gênero, raça e classe são estruturantes nas desigualdades sociais entre homens e mulheres e se expressam na cidade em todas as suas dimensões: trabalho, comércio, estudos, lazer, cultura, serviços públicos e infraestrutura.

Essas desigualdades se expressam na divisão sexual do trabalho, porque são as mulheres ainda as responsáveis pelo cuidado das coisas da casa, das pessoas doentes, das pessoas idosas, portanto são as mais afetadas com a precariedade dos serviços públicos, como postos de saúde próximos de casa, escolas, creches, transporte público, segurança, etc. Uma boa infraestrutura urbana também é

fundamental na vida das mulheres, como esgotamento sanitário, água encanada, energia elétrica.

As mulheres não apenas estão inseridas nas profissões de menor prestígio e com baixa remuneração, como ainda apresentam taxas de desemprego mais altas. No mercado de trabalho também estão mais presentes, proporcionalmente, no mercado informal e, quando empregadas, têm menor acesso a promoções e cargos de chefia e estão menos incluídas que os homens nas chamadas garantias trabalhistas como carteira assinada, previdência social.

O contexto de violência doméstica e exploração sexual contra mulheres de todas as idades aponta para um grave desequilíbrio das relações de poder entre homens e mulheres, somando-se a isso a não divisão sexual do trabalho, a não valorização do trabalho reprodutivo das mulheres (cuidado com a casa, com as pessoas). O que compromete sobremaneira o tempo das mulheres que seria dedicado a sua vida pessoal, aos estudos, ao trabalho remunerado, ao lazer.

A violência contra as mulheres é uma forma também de impedir a participação política das mulheres nos espaços de poder e de decisão, tanto em processos individuais e coletivos de transformação da cidade. Logo, a forma como a cidade está estruturada é violenta para nós mulheres, pois nos tira o direito de ir e vir.

A história do Brasil se constituiu pelo uso da violência como instrumento de subordinação de alguns grupos sociais a outros, muitas vezes sob a forma do extermínio, como é o caso da população indígena; da violência física, no caso da população negra; da violência física e sexual, no caso de nós, mulheres. Esta cultura política reforça e alicerça as instituições, causando o que costumamos definir como violência institucional, em suas várias formas.

As mulheres estão em todos os lugares nas cidades, o que não implica dizer que elas ocupem estes espaços como sujeitos políticos.

Pela equidade de gênero e de oportunidades no mundo do trabalho! Pela vida das mulheres! Por uma cidade das mulheres!

- Garantir que pelo menos 50% do secretariado municipal seja composto por mulheres

- Implementar um Plano Municipal de Políticas de Igualdade de Gênero, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com o aumento da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social
- Realizar no mínimo três campanhas de valorização do trabalho da mulher, do emprego doméstico e de incentivo à formalização da mulher no mundo do trabalho.
- Fomentar a inserção no mercado de trabalho da mulher jovem, na sua diversidade, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis que oferecem às adolescentes e jovens a oportunidade do primeiro emprego e de sua formação como aprendizes.
- Contribuir para ampliar a inserção e a permanência de mulheres com deficiência no mercado de trabalho formal
- Promover a cultura de compartilhamento do trabalho doméstico entre mulheres e homens, por meio da realização de campanhas,
- Ampliar a oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho.
- Formular e implementar um programa de formação inicial e continuada de gestoras e gestores e de trabalhadoras e trabalhadores da educação, segurança pública, saúde, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento para a equidade de gênero.
- Garantir a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis para 100% da população feminina em 100% dos serviços de saúde.
- Ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) em todas as zonas do município, ampliando, capacitando e diversificando sua equipe multidisciplinar, assim como das unidades de saúde mista e de referência, inclusive com profissionais da área psicossocial.
- Realizar campanhas educativas e capacitações para que os profissionais possam oferecer um tratamento humanizado, além de ações educativas em saúde sexual e reprodutiva nas escolas e outros espaços comunitários em prol da prevenção da gravidez na adolescência e DSTs.

- Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos.
- Promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/AIDS na população feminina.
- Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem as condições das mulheres como sujeitos sociais e políticos;
- Sensibilizar a população natalense ao debate de gênero e contra o machismo por meio de campanhas;
- Ampliar os espaços de discussão sobre o modelo de parto e nascimento com usuárias, trabalhadores\as e gestores\as da saúde para garantir os direitos da gestante e do bebê no pré-parto, parto e pós-parto, com vistas a garantir a realização de partos verdadeiramente humanizados e o combate efetivo da violência obstétrica.
- Ampliar o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio de Centros de Referência. O município conta hoje com o Centro de Referência Elizabeth Nasser para realizar esse atendimento psicossocial e com a Casa Abrigo Clara Camarão como único equipamento de abrigamento e atendimento integral de mulheres em situação de risco de morte iminente, ambos sofrendo desmontes e extremamente insuficientes. É necessário ampliar esses equipamentos e construir novos; é necessária uma rede integrada de atendimento que demanda o investimento na segurança pública, saúde, educação, assistência social e em diversas outras áreas.
- Formular e implementar um programa de formação inicial e continuada de gestores\as e trabalhadores\as da educação, segurança pública, saúde, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento para a equidade de gênero.
- Ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) em todas as regiões do município, ampliando, capacitando e diversificando sua equipe multidisciplinar, assim como das unidades de saúde mista e de referência, inclusive com profissionais da área psicossocial.

4- Gestão Compartilhada

- Transformar completamente a máquina e a forma de governar, rompendo a lógica do "toma lá, dá cá", do fisiologismo, da troca de apoio por cargos.
- Nomear cargos de confiança a partir da indicação da sociedade, por meio de entidades e movimentos sociais, e a partir da qualificação técnica, inserção política e referência social do trabalhador indicado. Reduzir em até 70% o número de cargos comissionados, abrindo concursos para que todos possam ter o mesmo direito de acesso à máquina pública. É preciso valorizar o servidor de carreira!
- Promover uma revisão de todos os contratos, aperfeiçoando e informatizando seus processos de elaboração, gestão e fiscalização, já nos primeiros meses de gestão.
- Disponibilizar todas as receitas, gastos e contratos em detalhes no site da prefeitura, com transparência total para a população.
- Tornar públicas todas as conversas do prefeito com entidades, dirigentes, empresas, postando-as no site da Prefeitura. Nenhuma negociação ocorrerá em segredo.
- Revisar todos os aluguéis pagos pela Prefeitura de Natal, extinguindo contratos que prevejam aluguéis exorbitantes para abrigar órgãos públicos. Deverão ser priorizados prédios próprios ou com valores mensais não superfaturados até a construção efetiva do Centro Administrativo Municipal, com mais de R\$50 milhões para construção parcial já garantidos por meio de empréstimo ao BNDES.
- Construir boa parte das tomadas de decisão sobre os rumos da cidade com o povo, por meio da instituição de conselhos populares nos bairros, congressos de setores (educação, saúde, transporte etc.) comitês, assembleias, plenárias, audiências públicas, plebiscitos e tecnologias da informação e comunicação (TIC) em prol da participação social
- Promover o direito universal à informação, garantindo acesso gratuito à internet para a população natalense;
- Fortalecer processos e instâncias que possibilitem maior participação popular, tais como Conselhos temáticos.
- Reduzir cargos em comissionados, e realização de concursos públicos para substituição desses cargos em comissão.

- Promover integração entre as secretarias
- Construir boa parte das tomadas de decisão sobre os rumos da cidade com o povo, por meio da instituição de conselhos populares nos bairros, congressos de setores (educação, saúde, transporte etc.) comitês, assembleias, plenárias, audiências públicas, plebiscitos e tecnologias da informação e comunicação (TIC) em prol da participação social.

5 - Direitos Humanos

Natal tem que ser referência como território livre de preconceitos. Nosso mandato coletivo vai combater o machismo, o racismo, a LGBTfobia e quaisquer outras formas de discriminação.

- Implementar uma Política Municipal de Direitos Humanos;
- Criar e incluir a disciplina Direitos Humanos na rede municipal de educação;
- Consolidar o princípio da dignidade da pessoa humana, na prestação de serviço público municipal;
- Construir uma política de apoio a pessoas em situação de rua, construindo albergues municipais
- Partindo da compreensão de que o Direito à Informação e à Comunicação são Direitos Humanos, é fundamental que o poder público crie mecanismos para o fortalecimento da comunicação comunitária e popular. Por isso, criar uma TV Comunitária ou uma TV Pública, para estimular a comunidade a desenvolver cursos, seminários, debates, fóruns, concursos, eventos culturais (teatro, música, dança) voltados para a educação em direitos humanos; assim como incentivar a constituição de rádios comunitárias e públicas, e utilizar horários das rádios particulares (cuja concessão é pública) para programas educativos sobre os direitos da pessoa humana;
- Criar a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos, com objetivo de promover a defesa dos interesses e direitos das pessoas cidadãs;
- Apoiar ações de promoção da cidadania lésbica.

- Implementar um Plano Municipal de Políticas de Igualdade Racial, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Sensibilizar a população natalense a respeito da igualdade racial e da necessidade de combate do racismo;
- Resgatar a história da escravidão e dos povos indígenas exterminadas em Natal com o intuito de dar visibilidade às memórias e às culturas negra e indígena e difundi-las como materiais didáticos ou paradidáticos nas escolas do Sistema Municipal de Ensino, e por meio do incentivo a realização de exposições em museus e galerias do município.
- Implementar, efetivamente, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas privadas e públicas de Natal, por meio do acompanhamento efetivo, da formação continuada de professores e gestores e da produção e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos, fazendo valer as leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008.
- Implementar um Plano Municipal de Políticas LGBT, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação.
- Promover a formação permanente para o atendimento em saúde da população LGBT.
- Ampliar serviços de proteção social básica, especialmente serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas LGBT.
- Fomentar políticas de trabalho e renda para as pessoas LGBT.
- Buscar garantir cotas para as pessoas trans em concursos públicos municipais e processos seletivos para contratação temporária.
- Efetivar a igualdade de direitos previdenciários aos casais homossexuais no serviço público municipal.
- Promover a inserção de cláusulas de pontuação de empresas que comprovem a contratação de funcionários/as trans durante os processos licitatórios, mediante parecer jurídico da Prefeitura.
- Criação de programas de bolsas para pessoas trans que visem a garantir acesso, permanência e êxito na educação básica.

- Elaborar e viabilizar um programa de formação continuada para professores em prol de uma educação realmente inclusiva, que combata a LGBTfobia e promova o respeito à diversidade sexual.
- Sensibilizar a população natalense ao respeito à diversidade sexual por meio de campanhas que combatam a LGBTfobia;
- Ampliar o atendimento integral, humanizado e de qualidade às pessoas LGBT em situação de violência por meio de Centros de Referência.
- Garantir um atendimento pleno, qualificado e sem discriminação para as pessoas LGBT, em especial as pessoas trans e aquelas que tenham se submetido à cirurgia de redesignação sexual.